

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO****Nº 6445/2019**

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº SAN/00093/CRPe **parecer técnico nº 3534/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME:	SIMAE- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
ENDEREÇO:	RUA TIRADENTES, 123, CENTRO,		
CEP:	89600-000	MUNICÍPIO:	JOAÇABA ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	84.591.890/0001-43		

**Para Atividade de**

ATIVIDADE:	34.31.11 - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS
EMPREENDIMENTO:	SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAN/0093 TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

**Localizada em**

ENDEREÇO:	RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, S/N, CENTRO,		
CEP:	89609-000	MUNICÍPIO:	LUZERNA ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 454322.16 - UTM Y 6998747.24		

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 512353

CÓDIGO: 233506

## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

### Descrição do empreendimento

Sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, cuja vazão média ao final do plano é de 12,6 L/s.

### Aspectos florestais

Não se aplica.

### Controles ambientais

1 - Estação de Tratamento de Efluentes - ETE composta pelas seguintes unidades:

- Sistema de gradeamento para remoção dos sólidos grosseiros, com área útil de 0,045 m<sup>2</sup> e 45 ° de inclinação;
  - Calha Parshall dupla com canais de 0,40 m cada, comprimento de 3,60 m e profundidade de 0,45 m, sendo esta anexa a caixa de areia;
  - Duas peneiras estáticas;
  - Reator UASB retangular, com volume de 363 m<sup>3</sup>;
  - Biofiltro aerado submerso, com volume de 28,60 m<sup>3</sup>;
  - Elevatória de retorno de chorume ao reator UASB;
  - Leito de Secagem dividido em duas células, com área total de 93,10 m<sup>2</sup>;
- 2 - Destinação adequada dos resíduos sólidos, conforme classificação.

### Programas ambientais

Programa de monitoramento da qualidade do efluente e do corpo receptor;  
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

### Medidas compensatórias

Não se aplica.

### Condições específicas

1. Manutenção da Área de Preservação Permanente - APP, às margens do Rio do Peixe, conforme Lei Federal nº 12.651/2012.
2. Os resíduos sólidos gerados no empreendimento deverão ser depositados em locais apropriados para posterior destinação adequada, conforme sua classificação especificada na NBR 10.004/04.
3. Cuidados para o controle de emissões odoríferas, de modo a diminuir o impacto por percepção olfativa e não poderão causar incômodo as populações, além dos limites do empreendimento.
4. As emissões de ruídos devem obedecer, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas em Lei.
5. É proibida a queima a céu aberto de resíduos de quaisquer natureza.
6. Os equipamentos de controles ambientais existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência, sendo tal responsabilidade do empreendedor.
7. Alterações no atual projeto deverão ser precedidas de Licenças, observando o disposto em Lei.
8. Atender integralmente ao descrito na Instrução Normativa nº 05 do IMA.
9. O lançamento dos efluentes líquidos deve atender a Resolução CONAMA 430/11 e Lei Estadual 14.675/09.

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO****Nº 6445/2019**

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº SAN/00093/CRPe **parecer técnico nº 3534/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME:	SIMAE- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
ENDEREÇO:	RUA TIRADENTES, 123, CENTRO,		
CEP:	89600-000	MUNICÍPIO:	JOAÇABA ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	84.591.890/0001-43		

**Para Atividade de**

ATIVIDADE:	34.31.11 - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS
EMPREENDIMENTO:	SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAN/0093 TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

**Localizada em**

ENDEREÇO:	RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, S/N, CENTRO,		
CEP:	89609-000	MUNICÍPIO:	LUZERNA ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 454322.16 - UTM Y 6998747.24		

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 512353

CÓDIGO: 233506

## Documentos em anexo

Nada consta.

## Condições de validade

10. Apresentar ao IMA **anualmente** Laudo conclusivo referente ao relatório de monitoramento, **com frequência mensal**, de análises do efluente do sistema de tratamento de esgoto sanitário, com relação aos seguintes parâmetros: DQO e Vazão de lançamento.
11. Apresentar ao IMA **anualmente** Laudo conclusivo referente ao relatório de monitoramento, **com frequência bimestral**, de análises do efluente do sistema de tratamento de esgoto sanitário, com relação aos seguintes parâmetros: DBO5 (bruto e tratado), nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, fósforo total, pH, sólidos sedimentáveis, óleos e graxas, *Escherichia coli*, temperatura, toxidade aguda para *Daphnia magna* e *Vibrio fischeri*. A DBO5 de entrada deve ser analisada no efluente bruto para cálculo da eficiência (em porcentagem), coletando a amostra após o tratamento preliminar.
12. Apresentar ao IMA **anualmente** Laudo conclusivo referente ao relatório de monitoramento, **com frequência bimestral**, de análises do monitoramento do corpo receptor, a montante e a jusante do ponto de lançamento, para os seguintes parâmetros: DBO, OD, turbidez, cor verdadeira, pH, clorofila a, densidade de cianobactérias, sólidos dissolvidos totais, fósforo total, nitrogênio amoniacal total e coliformes termotolerantes.
13. As coletas de amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados.
14. Parecer conclusivo sobre o resultado dos laudos, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART.
15. As análises dos parâmetros devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou reconhecidos pelo IMA.
16. Os relatórios de monitoramento do esgoto sanitário a serem protocolados no IMA devem obedecer, minimamente, às seguintes especificações técnicas:
  - a) Metodologia de coleta aplicada;
  - b) Nome do laboratório credenciado pelo IMA, ou INMETRO, quando couber, que realizou as análises;
  - c) Vazões máximas, médias e mínimas medidas na entrada e saída da ETE para o período correspondente do relatório;
  - d) Gráfico para cada parâmetro avaliado, acompanhado de interpretação técnica com comparações à legislação ambiental vigente mais restritiva aplicável ao Estado (eixo x: tempo; eixo y: concentração, com uma linha indicando o valor do padrão legal). Os parâmetros medidos devem ser comparados aos padrões de referência da Resolução CONAMA nº 430/2011, com o art. 177 da Lei Estadual nº 14.675/2009 e com a Portaria FATMA nº 17/2002 naquilo que houver;
  - e) Os gráficos devem considerar dados históricos de, pelo menos, os últimos 12 meses medidos para cada parâmetro nas frequências determinadas no plano de monitoramento;
  - f) Estatística dos resultados: número de dados, média, mínimo, máximo, percentagem de atendimento aos padrões por parâmetro nos últimos 12 meses;
  - g) Justificativas técnicas e medidas de remediação adotadas no caso de resultados fora do padrão legal ou de projeto.
17. Os laudos analíticos originais ou gerados assinados eletronicamente do laboratório credenciado que realizou as análises deve ser anexado ao relatório de monitoramento, contendo, no mínimo:
  - a) Identificação do laboratório, do cliente e da amostra;
  - b) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta e entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia;
  - c) Método de análise utilizado para cada parâmetro analisado;

## Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO****Nº 6445/2019**

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº SAN/00093/CRPe **parecer técnico nº 3534/2019**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME:	SIMAE- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
ENDEREÇO:	RUA TIRADENTES, 123, CENTRO,		
CEP:	89600-000	MUNICÍPIO:	JOAÇABA ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	84.591.890/0001-43		

**Para Atividade de**

ATIVIDADE:	34.31.11 - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS
EMPREENDIMENTO:	SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAN/0093 TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

**Localizada em**

ENDEREÇO:	RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, S/N, CENTRO,		
CEP:	89609-000	MUNICÍPIO:	LUZERNA ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 454322.16 - UTM Y 6998747.24		

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 512353

CÓDIGO: 233506

#### Documentos em anexo

Nada consta.

#### Condições de validade

- d) Limite de quantificação para cada parâmetro analisado;
  - e) Incertezas de medição de cada parâmetro;
  - f) Resultados dos brancos do método e rastreadores ("surrogates");
  - g) Ensaios de adição e recuperação dos analitos na matriz ("spike");
  - h) Legislação aplicável e limite permitido;
  - i) Assinatura e número de registro do CRQ do responsável técnico.
18. Emitir semestralmente (primeiro semestre do ano - até dia 30 de setembro do mesmo ano e segundo semestre do ano - até dia 31 de março do ano seguinte) a Declaração de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos (DMR) gerada através do Sistema MTR e encaminhar anualmente a este Instituto.
19. Apresenta ao IMA no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de emissão desta Licença Ambiental de Operação (LAO) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), observando ao disposto na Resolução CONSEMA nº 114/2017, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(is) habilitado(s) pela elaboração do mesmo.

#### Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.